

PARECER Nº , DE 2015

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento de Informações nº 475, de 2015, que solicita ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações acerca da atual situação do acordo entre o Brasil e a Ucrânia, o qual deu origem à empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), com vistas ao lançamento do primeiro foguete Cyclone-4 a partir do Centro de Lançamento de Alcântara 2, no Maranhão, planejado para o final de 2014.

RELATOR: Senador **GLADSON CAMELI**

I – RELATÓRIO

Submete-se à Mesa do Senado Federal o Requerimento de Informações nº 475, de 2015, por meio do qual o Senador ROBERTO ROCHA requer que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 215, inciso I, alínea *a*, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), informações acerca da atual situação do acordo entre o Brasil e a Ucrânia, o qual deu origem à empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), com vistas ao lançamento do primeiro foguete Cyclone-4 a partir do Centro de Lançamento de Alcântara 2, no Maranhão, planejado para o final de 2014.

O Autor requer esclarecimentos sobre as medidas que estão sendo tomadas para salvar o projeto, a fiscalização de gastos da empresa de economia mista Alcântara Cyclone Space, o acordado sobre a transferência de tecnologia da Ucrânia para o Brasil, o valor exato já despendido pelo Projeto e o investimento adicional estipulado e o número de trabalhadores vinculados ao empreendimento.



SF/15313.26882-37

Em sua justificativa, o autor do Requerimento destaca que, a princípio, o primeiro foguete seria lançado em 2007, mas que o Programa sofreu sucessivos atrasos em razão das disputas de terras com comunidades quilombolas em Alcântara e do esgotamento de verbas de Kiev. No último ano, os conflitos domésticos da Ucrânia inviabilizaram aportes financeiros a cargo daquele país.

Relata, ainda, que o foguete ucraniano incorpora peças e componentes americanos, o que exige a conclusão de acordo de salvaguardas tecnológicas entre Brasil e Estados Unidos para que o VLS Cyclone possa ser lançado. A negociação do Acordo, todavia, teria sido suspensa em decorrência do episódio do monitoramento indevido da Presidente Dilma Roussef pela Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos, a NSA.

O custo elevado do Projeto e o risco de sua descontinuidade causam ansiedade ao nobre Autor do Requerimento, aumentada pelo fato de que o Palácio do Planalto impediu a liberação de verba para consórcio constituído pelas empresas Odebrecht e Camargo Corrêa, levando os trabalhadores a abandonar o local de obras.

Por fim, o Autor anseia que, a partir do recebimento das informações, além de trazer luz ao tema em debate, o Senado Federal possa contribuir para a retomada deste importante projeto de desenvolvimento nacional.

É o relatório.

II – ANÁLISE

Registra-se primeiramente que o requerimento de informações tem previsão expressa no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e, portanto, não há vício formal de constitucionalidade.

O Regimento Interno do Senado Federal (RISF), no seu art. 216, inciso I, determina que os requerimentos de informações a Ministros de Estado dependem de decisão da Mesa. Estabelece como admissível requerimento de informações que vise a esclarecer qualquer assunto

submetido à apreciação do Senado Federal ou que vise ao exercício da sua função fiscalizadora.

Por fim, o Requerimento de Informações nº 475, de 2015, está em consonância com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamentou o assunto no âmbito do Senado Federal.

III – VOTO

Em face do que se apresenta, opinamos pela admissibilidade do Requerimento de Informações nº 475, de 2015.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator

